

2005_04_11

Destaque

O Estado de São Paulo

Editorial 10/04/2005

Leilão mal-sucedido

O equilíbrio de longo prazo entre a oferta e a demanda de eletricidade, que o governo pretendeu alcançar ao implantar o novo modelo energético, não ficou assegurado pelo segundo leilão de energia, promovido no final da semana passada, em São Paulo.

Como já havia ocorrido no primeiro leilão, em dezembro, os investidores privados em projetos energéticos consideraram baixos os preços da energia contratada, preferindo adiar as decisões de venda de eletricidade para os próximos leilões.

Apenas 1.

325 MW médios foram vendidos, equivalentes à metade da energia “velha” disponível, gerada por usinas já amortizadas e cujo preço é menor.

Faltaram vendedores para oferecer energia para 2008 e, sobretudo, para 2009.

As geradoras, inclusive a estatal Furnas, parecem acreditar numa futura alta de preços.

O malogro do leilão ocorreu no momento em que se acentua o desequilíbrio entre a oferta e a demanda na Região Sul.

Entre os períodos de 26 de março a 1 de abril e de 4 a 8 de abril, os preços da energia (carga pesada) na Região Sul aumentaram de R\$ 33,54 para R\$ 137,05 o MWh no mercado spot, contra R\$ 18,33 nas demais regiões, segundo os dados oficiais da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Qualquer sobra de energia das geradoras do Sul poderá ser comercializada, portanto, a preços elevados.

A oferta insuficiente não se limita ao Sul do Brasil.

Até o início da década, a Argentina tinha energia sobrando e contratou a venda de 660 MWh para o Brasil e de 150 MWh para o Uruguai, mas, com a recuperação econômica, combinada com a falta de investimentos, passou a haver escassez de energia na Argentina.

Agora, a normalização do abastecimento naquele país depende da volta de um regime pluviométrico favorável no Rio Grande do Sul, para que o Brasil volte a ser exportador líquido de eletricidade para a Argentina.

“Se chover no Brasil”, vamos superar o problema deste ano, disse um funcionário do governo argentino, que espera receber do País, como em 2004, 500 MWh de energia firme.

A escassez na Argentina é grave.

Com as tarifas congeladas, o país não conseguiu atrair os investidores necessários para atender ao aumento da demanda.

O que ocorre na Argentina deveria servir de alerta para o governo brasileiro.

Aqui, enquanto o preço obtido no leilão para a energia a ser entregue a partir de 2008 foi de R\$ 83,13 o MWh, o setor privado calcula que novos investimentos em geração não serão amortizados senão a um preço da ordem de R\$ 115,00 a R\$ 120,00 o MWh.

O Ministério de Minas e Energia insiste na modicidade tarifária para oferecer energia barata para os consumidores, mas para isso é preciso que haja oferta de eletricidade, o que exige investimentos que não serão feitos se os preços forem artificiais.

Cláudio Salles, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE) – constituída pelos 16 maiores grupos empresariais de investidores privados, responsáveis por 61% da distribuição e por 28% da geração de energia no País –, alerta para o risco de estar sendo criado um novo esqueleto.

A contenção tarifária obrigou a criação, em 1971, da Conta de Resultados a Compensar (CRC), cujo custo para o governo foi de US\$ 23 bilhões, em 1993.

Hoje, acredita Salles, novas contas são acumuladas por intermédio da Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE), da Conta de Compensação de Itens da Parcela A (CVA), do Diferimento de Reposicionamento Tarifário e do repasse futuro do aumento do PIS/Cofins – perfazendo, até agora, R\$ 16 bilhões.

O baixo volume de energia negociado no leilão parece indicar, portanto, que, apesar da superoferta de energia existente nas Regiões Sudeste e Centro-Oeste, as geradoras preferem esperar um momento mais favorável para vender, provavelmente, em 2008 e 2009.

“Todos passaram a ficar sujeitos aos riscos do mercado à vista”, disse Salles.

E essa é uma situação que só tende a se agravar, se não forem criadas condições propícias para os investimentos privados no setor.